

1. Informações do Instituto

1.1. Contexto operacional

O Instituto Metodista Izabela Hendrix - IMIH, fundado em 05 de outubro de 1904 é uma associação civil, confessional, com objetivos educacionais, culturais, de assistência social e filantrópica, sem fins lucrativos e filiado à Rede Metodista de Educação, que tem por finalidade:

- I) Atuar como agência educacional da Igreja Metodista, cuja missão é a de participar da ação de Deus em seu propósito de libertar o ser humano e a sociedade de tudo o que os escraviza;
- II) Ministar o ensino em todas as suas modalidades e níveis;
- III) Formar profissionais, técnicos e cientistas, em todos os campos do conhecimento, capazes de contribuir para o aperfeiçoamento do ser humano e para o desenvolvimento do Brasil;
- IV) Desenvolver atividades de extensão, incluindo ações de assistência social;
- V) Ministar programas de desenvolvimento de pessoas e capacitação profissional;
- VI) Contribuir para a formação de uma cultura fundamentada nos princípios ético-cristãos;
- VII) Promover ações, como centro de elaboração e comunicação de cultura, de modo a responder às necessidades econômicas, sociais, políticas e religiosas do Brasil;
- VIII) Planejar, organizar, coordenar, produzir e apoiar programas, projetos, atividades e eventos culturais;
- IX) Servir às comunidades local, regional, estadual e nacional, de acordo com os objetivos e propósitos estabelecidos pela Igreja Metodista e demais órgãos decisórios do próprio IMIH, de conformidade com a legislação vigente;
- X) Servir de organismo de consulta, assessoria e prestação de serviços a instituições de interesse público ou privado, em assuntos relativos aos diversos ramos do saber e à promoção do ser humano;
- XI) Manter intercâmbio e cooperação com outras instituições científicas e culturais nacionais ou internacionais, tendo em vista o incremento das ciências, das letras e das artes;
- XII) Difundir a cultura física e desportiva.

1.2. Impostos, contribuições e programas de bolsas

(i) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O Instituto, em virtude de ser uma instituição sem fins lucrativos, goza do benefício de imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda - RIR, aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999, e o artigo 150 da Constituição Federal;

(ii) Programa de Integração Social (PIS)

O Instituto, mesmo sendo uma instituição sem fins lucrativos e filantrópica, fica sujeito a questionamentos quanto ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários, à alíquota de 1%, de acordo com a Lei nº 9.532/97; porém, por meio de Ação Judicial busca o reconhecimento da imunidade garantida pela Constituição Federal. Tal pedido, inclusive, é respaldado por decisão do Supremo Tribunal Federal, em sede de repercussão geral, no Recurso Extraordinário RE 636.941 Rio Grande do Sul, que transitou em julgado perante o STF na data de 22 de abril de 2014. Assim, até mesmo o prazo da União Federal tentar reabrir a questão via ação rescisória, está superado e precluso.

(iii) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

O Instituto, em virtude de ser uma instituição sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias do instituto, de acordo com as Leis nºs 9.718/98 e 10.833/03.

(iv) Contribuição patronal ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

O Instituto possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), deferido sob concessão por três anos através da Portaria nº 120 de 12 de março de 2019. Devido ao Instituto possuir o CEBAS vigente e ter reconhecido sua filantropia é isento de recolhimento da cota patronal do INSS.

(v) Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN)

O instituto goza de Imunidade Tributária, conforme o disposto na letra "c", do inciso VI, do artigo 150, da Constituição Federal;

(vi) Benefícios do Programa Universidade para Todos (PROUNI)

O PROUNI foi instituído pela Medida Provisória nº 213/04, convertida na Lei Ordinária nº 11.096/05, e regulamentado pelo Decreto nº 5.493/05, com a finalidade de conceder bolsas integrais e parciais a estudantes de curso de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior com ou sem fins lucrativos. A gestão do PROUNI cabe ao MEC, com o qual o Instituto firmou termo de adesão desde 2005. O instituto utiliza o PROUNI na composição de suas gratuidades para o cumprimento do percentual mínimo de aplicação de recursos em bolsas de estudos;

1.3. Situação patrimonial e financeira

Conforme apresentado nas demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2018, o instituto apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 17.790.420 (R\$ 17.049.158 em 31 de dezembro de 2017) e patrimônio líquido positivo de R\$ 89.297.502 (R\$ 111.769.478 em 31 de dezembro de 2017).

A Administração continua adotando uma série de medidas para equacionar a atual situação patrimonial e financeira e permitir a liquidação e/ou renegociação de suas obrigações de curto prazo e para isso mantém as estratégias já implementadas em anos anteriores, com base em seu planejamento estratégico:

- Expandir a receita pela captação de novos alunos;
- Melhorar a retenção dos alunos nos principais cursos;
- Corrigir as mensalidades a fim de estarem alinhadas aos índices de atualização dos principais custos do instituto;
- Reduzir as despesas e os custos com pessoal;
- Analisar a margem de contribuição de cada curso, avaliando semestralmente quais cursos devem ser mantidos, reduzidos ou encerrados;
- Manter o parcelamento dos tributos federais, que permite a adimplência fiscal por meio do pagamento de uma parcela mensal compatível com a realidade financeira do instituto;
- Reduzir os encargos financeiros através da captação de novos empréstimos e renegociação dos empréstimos existentes;
- Intensificar a participação de programas governamentais (bolsas), melhorando o fluxo financeiro de recebimento;
- Melhorar o processo de cobrança e acompanhamento das contas a receber, reduzindo o nível de inadimplência;
- Usar a evolução contínua dos processos administrativos financeiros, buscando agilizar as rotinas internas e melhorar o nível de controle do Instituto;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

- Renovar e atualizar seus recursos tecnológicos;
- Adotar práticas de acompanhamento tempestivo do planejamento orçamentário.

O conjunto dessas ações faz parte do planejamento de equilíbrio econômico e financeiro da Instituição, que visa a eliminação das dívidas trabalhistas e redução de passivos tributários, bem como a redução no volume de endividamento bancário.

Devido à crise política e econômica que o país vem enfrentando nos últimos anos e que afeta diretamente as instituições de ensino, a recuperação institucional será um processo mais lento, pois também dependerá da melhora do cenário nacional.

Além das ações elencadas acima, a Administração tem planos para alienação de bens imóveis para injetar os recursos na operação, com o objetivo de reverter o desempenho dos índices de liquidez.

A Administração do Instituto acredita que mantendo todas essas medidas e implantando outras que se fizerem necessárias, os resultados esperados serão alcançados e teremos a equalização do fluxo financeiro.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis do Instituto foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas de entidades sem fins lucrativos (Resolução nº 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC - ITG 2002 R1) e também pela NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002 (R1) - Entidades sem fins lucrativos).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

2.2. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas abaixo.

Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.2.1. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis do Instituto são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual ela atua (moeda funcional). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação do Instituto.

2.2.2. Apresentação dos resultados abrangentes

As demonstrações dos resultados abrangentes referem-se à mutação que ocorre no patrimônio líquido durante um período resultante de transações e outros eventos que não sejam as transações de capital.

2.2.3. Reconhecimento de receitas e bolsa de estudo concedidas

A receita é apresentada líquida das devoluções, das bolsas de estudo e dos descontos concedidos (nota explicativa nº 19).

(i) Prestação de serviços educacionais

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados para o instituto e quando possa ser mensurada de forma confiável. As receitas com mensalidades dos alunos são apuradas em conformidade com o regime de competência dos exercícios, levando-se em consideração os períodos de referência. As receitas incluem mensalidade de ensino de nível superior (graduação e pós-graduação), educação básica, mensalidades dos cursos de extensão universitária, outras prestações de serviço de ensino, além de taxas de inscrições em vestibulares;

(ii) Bolsas de estudos concedidas (gratuidade)

As bolsas concedidas foram calculadas atendendo às determinações da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, alterada pela Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, que em seu artigo 13, determina que o instituto de educação para obter o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá conceder bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes, podendo para o cumprimento desta proporção, conceder bolsas parciais de 50%, considerando o mínimo de 1 (um) aluno bolsista integral para cada 9 (nove) alunos pagantes, de acordo com a renda do grupo familiar, definida no artigo 14 da Lei nº 12.101;

(iii) Receitas antecipadas (matrículas)

As matrículas para o ano letivo subsequente são recebidas de maneira antecipada ou no encerramento do exercício. Em decorrência dessa prática peculiar ao mercado de ensino, esses valores são reconhecidos como anuidades antecipadas no passivo circulante e serão reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência, nos meses em que ocorrer a prestação dos serviços.

2.2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários.

2.2.5. Mensalidades a receber

As mensalidades a receber são decorrentes da prestação de serviços de atividades de ensino e são compostas pelas mensalidades dos alunos, pelos créditos educacionais e pelos acordos celebrados das mensalidades vencidas.

As mensalidades a receber - Bolsa FIES estão representadas pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto à Caixa Econômica Federal (CEF), sendo os recursos financeiros repassados mensalmente pela CEF. O referido montante tem sido utilizado para pagamento das contribuições previdenciárias retidas (INSS sobre salários), Imposto de Renda retido dos funcionários do Instituto e retenções de terceiros sobre serviços.

A Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as perdas com créditos decorrentes de mensalidade, cheques a receber e renegociação, considerados de difícil realização.

2.2.6. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos os valores da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações de outros ativos são calculadas com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada conforme aplicação dos percentuais definidos na Nota Explicativa nº 8.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

2.2.7. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e de perdas do valor recuperável, quando aplicável.

2.2.8. Passivo circulante e não circulante

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

2.2.9. Empréstimos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação.

Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido 'pro rata temporis'.

2.2.10. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do instituto e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)**2.2.11. Provisão para férias e 13º salário**

A provisão para férias e 13º salário é constituída com base nos direitos adquiridos pelos empregados acrescidos dos correspondentes encargos sociais.

2.2.12. Redução ao valor recuperável dos ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2018	2017
Banco	37.996	4.449
Caixa	4.953	2.589
Aplicação de Retorno Imediato	-	6.000
Total	42.949	13.038

4. Mensalidades a receber

Descrição	2018	2017
Bolsa FIES	6.490.906	6.611.416
Mensalidades a Receber	6.270.054	6.792.079
Cheques em cobrança	613.239	616.207
Confissão de dívida em faturas	569.380	390.529
Bolsa Restituível	294.638	294.638
Cheques devolvidos a tesouraria	284.692	287.195
Confissão de dívida de cheques	14.951	54.901
Créditos a receber - Cartão de crédito	7.708	164.728
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(5.293.499)	(5.429.320)
Total	9.252.069	9.782.373

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

O Instituto adotou como política manter contabilizado o saldo de mensalidades escolares dos últimos quatro anos, deduzindo de estimativa para perdas calculadas em relação aos seus vencimentos. Decorridos três anos, os valores são baixados da contabilidade, porém o processo de cobrança continua.

Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)

Descrição	2018	2017
Confissão de Dívidas	(199.283)	(136.685)
Cheques e cobrança judicial	(897.931)	(903.402)
Mensalidades a receber	(4.196.285)	(4.389.233)
Total	(5.293.499)	(5.429.320)

A estimativa de perda foi constituída a partir da incerteza da realização desse ativo, para a qual foi adotado o seguinte critério de atraso:

- Acima de 361 dias, estimativa de 100%;
- De 271 a 360 dias, estimativa de 75%;
- De 181 a 270 dias, estimativa de 50%;
- De 90 a 180 dias, estimativa de 25%;
- Abaixo de 89 dias não constitui perda.

Já para os cheques em cobrança judicial a estimativa de perda é de 100% sobre o montante dos cheques devolvidos e 35% sobre negociação de dívidas.

5. Contas a receber

Descrição	2018	2017
Adiantamento a fornecedor	163.671	146.784
Pólos EAD	76.041	485
Adiantamento para viagem	1.239	4.239
Total	240.950	151.507

6. Depósitos judiciais

Descrição	2018	2017
INSS - 2001.38.00.042370-5	3.440.204	3.440.204
Outros Depósitos Recursais e Bloqueios Judiciais	2.093.212	1.926.032
Total	5.533.416	5.366.235

Referem-se aos depósitos efetuados junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), em garantia do Processo em andamento de nº 2001.38.00.0423370-5, em que se discute débito fiscal previdenciário apurado pelas autoridades previdenciárias e outros depósitos e bloqueios judiciais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

7. Compromissos a receber

Descrição	2018	2017
Compromissos a Receber	1.834.901	1.547.536
Total	1.834.901	1.547.536

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é relativo às operações de mútuo realizadas com instituições metodistas de ensino, efetuadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação e condições específicas (remuneração mensal) considerando os volumes das operações e prazos de recebimentos.

8. Imobilizado

a. Composição dos saldos

Descrição	Taxa anual de Depreciação	2018			2017
		Custos	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	143.066.891	-	143.066.891	143.066.891
Edifícios e construções	4%	32.503.409	(4.830.551)	27.672.859	28.482.790
Benfeitorias em bens de terceiros	10%	1.510.852	(1.510.852)	-	-
Móveis e utensílios	10%	2.175.765	(2.125.078)	50.687	61.930
Equipamentos de comunicação	10%	19.628	(8.968)	10.660	12.623
Equipamentos de ensino	10%	1.676.517	(1.665.049)	11.467	13.824
Equipamentos de informática	20%	2.082.326	(1.957.448)	124.878	242.393
Bibliotecas	10%	2.461.829	(1.888.807)	573.022	700.220
Laboratórios	10%	466.441	(434.512)	31.928	35.116
Máquinas e equipamentos	10%	1.234.511	(1.158.412)	76.100	81.240
Veículos	20%	108.371	(108.371)	-	-
Instrumentos musicais	10%	10.638	(9.032)	1.606	2.669
Total		187.317.178	(15.697.080)	171.620.098	172.699.695

b. Movimentação do custo

Descrição	2017	2018			
	Custo	Adições	Baixas	Transf.	Custo
Terrenos	143.066.891	-	-	-	143.066.891
Edifícios e construções	32.503.409	-	-	-	32.503.409
Benfeitorias em bens de terceiros	1.510.852	-	-	-	1.510.852
Móveis e utensílios	2.175.765	-	-	-	2.175.765
Equipamentos de comunicação	19.628	-	-	-	19.628
Equipamentos de ensino	1.676.517	-	-	-	1.676.517
Equipamentos de informática	2.082.326	-	-	-	2.082.326
Bibliotecas	2.460.964	865	-	-	2.461.829
Laboratórios	455.181	11.260	-	-	466.441
Máquinas e equipamentos	1.222.311	12.200	-	-	1.234.511
Veículos	108.371	-	-	-	108.371
Instrumentos musicais	10.638	-	-	-	10.638
Total	187.292.852	24.325	-	-	187.317.178

INSTITUTO METODISTA IZABELA HENDRIX

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

9. Intangível

Descrição	2018			2017	
	Taxa anual de amortização	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Softwares	20%	1.285.351	1.118.170	167.181	187.175
		<u>1.285.351</u>	<u>1.118.170</u>	<u>167.181</u>	<u>187.175</u>

Descrição	2017	2018			
	Custo	Adições	Baixas	Transf.	Custo
Softwares	1.285.351	-	-	-	1.285.351
	<u>1.285.351</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.285.351</u>

10. Fornecedores

Descrição	2018	2017
Fornecedores	8.332.346	8.456.471
Total	8.332.346	8.456.471

Em 2018 o montante de R\$ 8.332.346, e 2017 R\$ 8.456.471 referem-se às obrigações com diversos fornecedores que auxiliam o instituto no desenvolvimento de suas atividades operacionais.

11. Empréstimos e financiamentos

Descrição	Tipo	Tx. de juros	Vencimentos	Garantias	2018	2017
Circulante						
Banco Bradesco	Empréstimo	0,30% a.m	03/12/2018	Alienação Fiduciária	-	2.442.807
Total					-	2.442.807

12. Obrigações trabalhistas

Descrição	2018	2017
FGTS a recolher	3.202.754	2.067.932
Acordo trabalhista	2.609.855	1.826.181
Rescisões e homologações	1.735.444	288.248
Provisão de férias	1.494.340	1.710.417
Provisão de 13º salário	1.013.113	466.559
Salários e Ordenados	921.445	1.152.707
Mensalidades sindical a recolher	309.213	164.584
Contribuição Assistencial	213.044	148.919
Provisão de FGTS férias	106.820	136.581
INSS a recolher	93.405	378.459
Consignações Financeiras de empregados	37.717	134.274
Pensão alimentícia	17.625	9.632
Contribuição sindical a recolher	12.791	10.035
Serviços Avulsos s/ vínculo	6.911	-
Estagiários	4.019	66.167
Mensalidade Associativa	350	284
Pis a Recolher	-	48.750
Proisão FGTS 13ºsalário	-	37.325
Provisão de Pis férias	-	17.062
Proisão Pis 13ºsalário	-	4.666
Total	11.778.847	8.668.784

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

Devido ao processo de reestruturação administrativa e acadêmica do Instituto, houve um aumento dos valores a pagar, que correspondem aos acordos trabalhistas, verbas rescisórias e FGTS a recolher, que serão quitados mediante novos acordos e parcelamentos.

13. Obrigações tributárias

Descrição	2018	2017
IRRF a recolher s/ salários	1.714.524	1.361.103
ISS s/ serviços	14.460	7.233
INSS a recolher s/ serviços	18.394	5.383
Pis / Cofins / CS s/ Serviços - Lei nº 10.833	13.489	4.133
IRRF a recolher s/ serviços	2.966	764
Total	1.763.834	1.378.615

Face à sua condição de liquidez, o Instituto deixou de efetivar o recolhimento de parte das retenções de tributos federais. Para sanar as referidas obrigações pleiteia parcelamentos junto aos órgãos fiscais.

14. Provisões para demandas judiciais

O Instituto possui ações judiciais e processos administrativos perante vários órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão no montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2018			2017		
	Provisão	Depósito Judicial	Líquido	Provisão	Depósito Judicial	Líquido
Trabalhistas CP	1.570.214	-	1.570.214	2.405.149	-	2.405.149
Cíveis CP	723.350	-	723.350	723.350	-	723.350
Tributárias CP	-	-	-	-	-	-
Total CP	2.293.564	-	2.293.564	3.128.499	-	3.128.499
Trabalhistas LP	16.691.364	(1.761.284)	14.930.080	3.021.967	(1.593.988)	1.427.979
Cíveis LP	544.168	(53.167)	491.001	482.771	(53.284)	429.488
Tributárias LP	1.000	(3.718.964)	(3.717.964)	-	(3.718.964)	(3.718.964)
Total LP	17.236.532	(5.533.416)	11.703.117	3.504.738	(5.366.235)	(1.861.497)
Total	19.530.096	(5.533.416)	13.996.680	6.633.237	(5.366.235)	1.267.002

INSTITUTO METODISTA IZABELA HENDRIX

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

A movimentação da provisão no exercício de 2018 está demonstrada a seguir:

	Valor (R\$)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	6.633.237
Movimentação líquida	12.896.859
Saldo em 31 de dezembro de 2018	19.530.096

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

O Instituto tem ações de natureza trabalhista e cível, no valor de R\$ 9.302.377 nos anos de 2018 e 2017, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída.

15. Parcelamentos

Descrição	Circulante		Não Circulante	
	2018	2017	2018	2017
FGTS (a)	1.638.726	1.356.300	7.591.732	7.848.993
Pert da Lei 13.496/2017 (b)	971.505	942.043	8.772.360	10.328.163
Outros Parcelamentos (c)	164.470	-	455.454	-
	2.774.700	2.298.344	16.819.546	18.177.157

- (a) O parcelamento de FGTS refere-se a débitos parcelados até dezembro de 2011 em 178 prestações, que são atualizadas mensalmente, sendo que este parcelamento foi consolidado em dezembro de 2011;
- (b) Em novembro de 2017, a Instituição aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído pela Lei nº 13.496/2017, de 24 de outubro de 2017, abrangendo débitos de natureza tributária e não tributária, vencidos até 30 de abril de 2017, inclusive aquele objeto de parcelamentos anteriores rescindidos ou ativos, em discussão administrativa ou judicial. A referida Lei foi regulamentada perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) através da Instrução Normativa RFB nº 1.711, de 16 de junho de 2017, publicada no DOU de 21/06/2017, seção 1, pág. 20 e junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) a regulamentação se deu através da Portaria nº 690/2017 de 29 de junho de 2017, publicada no DOU de 30/06/2017, seção 1, pág. 43 a Instituição optou pela modalidade prevista no inciso II do artigo 2º da referida Lei;
- (c) Outros parcelamentos referem-se ao parcelamento do IRRF s/ salários das competências 07/2016, 09/2016 e 10/2016, realizado em 01/2018, que será pago em 60 prestações atualizadas mensalmente.

16. Compromissos a pagar

Descrição	2018	2017
Compromissos a pagar	38.011.594	29.301.112

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2018 e 2017, é relativo às operações de mútuo realizadas com Instituições Metodista de Ensino, efetuadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação e condições específicas (remuneração mensal) considerando os volumes das operações e prazos de pagamentos.

No ano de 2018 houve um maior volume de operações de mútuo, decorrentes da necessidade de caixa. As operações foram efetivadas por instituições congêneres, observando-se as exigências legais aplicáveis.

17. Patrimônio líquido

O patrimônio social do Instituto é constituído de bens, direitos, obrigações de qualquer natureza, realização da reavaliação patrimonial dos bens do Instituto, assim como por resultados acumulados desde a data de sua constituição os quais são mensurados e registrados com obediência à legislação específica aplicável e às práticas contábeis adotadas no Brasil.

18. Gratuidades através de bolsas de estudo

As bolsas concedidas foram calculadas atendendo às determinações da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, alterada pela Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, que em seu artigo 13, determina que o instituto de educação para obter o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá conceder bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes para a Educação Básica e 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 4 (quatro) alunos pagantes para a Educação Superior, podendo para o cumprimento desta proporção, conceder bolsas parciais de 50%, considerando o mínimo de 1 (um) aluno bolsista integral para cada 9 (nove) alunos pagantes, de acordo com a renda do grupo familiar, definida no artigo 14 da Lei nº 12.101:

	2018		2017	
	Educação Superior	Educação Básica	Educação Superior	Educação Básica
Quantidade de alunos				
Número de alunos matriculados	1924	229	2428	219
Número de alunos pagantes	1045	135	1851	171
Quantidade de bolsistas gratuidade				
Bolsistas Integrais (100%)	410	52	557	47
Bolsistas Parciais (50%)	166	8	167	8
Total bolsistas	<u>576</u>	<u>60</u>	<u>724</u>	<u>55</u>

INSTITUTO METODISTA IZABELA HENDRIX

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

	2018			2017		
	Educação Superior	Educação Básica	Total	Educação Superior	Educação Básica	Total
Bolsas Gratuidade						
Bolsas Integrais (100%)	5.752.002	741.252	6.493.253	7.419.082	800.367	8.219.450
Recursos próprios	5.752.002	741.252	6.493.253	7.419.082	800.367	8.219.450
PROUNI	-	-	-	-	-	-
Bolsas Parciais (50%)	1.037.302	51.894	1.089.196	1.051.380	59.657	1.111.036
Recursos próprios	1.037.302	51.894	1.089.196	1.051.380	59.657	1.111.036
PROUNI	-	-	-	-	-	-
Valor total de Gratuidades	6.789.303	793.146	7.582.449	8.470.462	860.024	9.330.486
Outras Bolsas (não atendem o perfil da filantropia)						
Educação Básica e Superior						
Outras Bolsas Integrais (100%)	569.273	37.244	606.517	-	19.084	19.084
Outras Bolsas Parciais (50%)	3.588.766	458.894	4.047.660	3.415.016	1.099.361	4.514.376
Valor total de Outras Bolsas	4.158.040	496.137	4.654.177	3.415.016	1.118.445	4.533.461

19. Receita operacional líquida

	2018	2017
Receita bruta de vendas	43.980.260	52.491.741
Receita de ensino	42.891.212	49.288.336
Receita administrativa	1.089.047	3.203.405
Deduções da receita	(14.693.175)	(16.005.388)
Bolsas gratuidade	(7.582.449)	(9.330.486)
Outras Bolsas	(4.654.177)	(4.533.461)
Descontos concedidos	(2.456.548)	(2.141.441)
Receita líquida	29.287.085	36.486.353

20. Custos dos serviços prestados

Descrição	2018	2017
Salários	(14.267.496)	(16.881.595)
Encargos e Benefícios	(3.313.726)	(1.300.156)
Despesas gerais e administrativas	(290.141)	(1.895.825)
Outras despesas operacionais	(151.737)	(35.424)
Serviços de Terceiros e Estagiários	(28.487)	(9.112)
Total	(18.051.586)	(20.122.112)

Devido ao processo de reestruturação, houve redução dos custos em 2018.

INSTITUTO METODISTA IZABELA HENDRIX

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

21. Despesas com pessoal

Descrição	2018	2017
Salários	(5.276.650)	(9.041.504)
Encargos e benefícios	(2.607.487)	(1.389.163)
Serviços de Terceiros e Estagiários	(143.907)	(249.100)
Total	(8.028.045)	(10.679.768)

Devido ao processo de reestruturação, houve redução das despesas com pessoal em 2018.

22. Despesas gerais e administrativas

Descrição	2018	2017
Propaganda e Publicidade	(574.424)	(148.822)
Energia Elétrica	(482.784)	(448.756)
Água	(281.912)	(220.468)
Manutenção e Conservação	(178.242)	(121.439)
Material de Uso e Consumo	(162.640)	(141.882)
Impostos e Taxas	(125.768)	(140.671)
Serviços de Terceiros	(83.248)	(210.782)
Telecomunicações	(61.388)	(97.002)
Transporte em geral	(43.165)	(50.961)
Outras despesas	(37.190)	(40.023)
Material Didático	(4.439)	(7.724)
Material Clínico Hospitalar	(15)	(82.128)
Total	(2.035.215)	(1.710.658)

23. Outras despesas operacionais

Descrição	2018	2017
Licença e manutenção do uso de softwares	(275.280)	(464.277)
Aluguéis	(204.444)	(375.994)
Lanches e Refeições	(134.431)	(483.009)
Outras despesas operacionais	(100.307)	(57.980)
Contribuições a Associações	(52.730)	(76.008)
Serviços gráficos	(37.461)	(88.122)
Consultorias	(20.442)	(47.353)
Viagens e Estádias	(9.270)	(14.825)
Total	(834.365)	(1.607.567)

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)****24. Despesas financeiras**

Descrição	2018	2017
Juros e Multa Passivos (a)	5.859.143	5.678.945
Despesas Bancárias	594.778	367.265
Juros e Multas Passivas - Parcelamentos	222.840	1.432.158
Descontos Concedidos	3.645	118
IRRF s/ Operações Financeiras	727	5.205
Variações Monetárias	39	272
lof/loc	16	28
Variação Cambial	-	(5.506)
Total	6.681.187	7.478.486

(a) Referem-se principalmente à atualização das operações de mútuos realizadas com Instituições Metodista de Ensino, conforme Nota Explicativa nº 16.

25. Receitas financeiras

Juros e Multa Ativos (a)	2018	2017
Juros e Multa Ativos (a)	349.606	414.445
Descontos Obtidos	40.931	69.437
Rendimentos s/ Aplicações	-	39
Variação Monetaria Ativa	(4.413)	(10.606)
Total	386.124	473.315

(a) Referem-se principalmente à atualização das operações de mútuos realizadas com Instituições Metodista de Ensino, conforme Nota Explicativa nº 7.

26. Instrumentos financeiros derivativos

O instituto classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

O instituto classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, são reconhecidos conforme incorridos.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)**

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e lucros a pagar, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

27. Seguros (não auditado)

O Instituto adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos.

O Instituto possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o nosso porte e operações, sendo a nossa cobertura de seguros consistentes com os outros institutos de dimensão semelhante operando no setor. As premissas de riscos dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

28. Declarações de impostos e contribuições

As declarações de Imposto de Renda relativas aos cinco últimos exercícios estão sujeitas a eventual revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, assim como outros impostos, contribuições e encargos, inclusive trabalhistas e previdenciários.

29. Eventos subsequentes

Em função do recebimento de novas ações judiciais, após o fechamento do balanço, o instituto estima um acréscimo de contingências com perda provável, no montante R\$ 2.164.269, não ocorrendo outros eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações do Instituto.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)**

30. Aprovação para emissão das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis do Instituto foram aprovadas para emissão pelo Conselho de administração e diretoria geral em reunião realizada em 29 de novembro de 2019.

Robson Ramos de Aguiar
Diretor Geral

Angela Maria Quartarolo Gallo
Contadora
CRC: 1SP198145/O-3

As demonstrações contábeis foram auditadas pela BDO RCS Auditores Independes SS - CRC 2SP 013846/O-1, com parecer emitido em 29/11/2019.